

LABATE, Beatriz C. et al. (Orgs). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008. 440p.

VINICIUS SCHWOCHOW PAIVA

A coletânea *Drogas e Cultura: novas perspectivas*, organizada por Beatriz C. Labate, Sandra Goulart, Maurício Fiore, Edward MacRae e Henrique Carneiro, apresenta-se como um manifesto do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) e oferece uma importante contribuição para os pesquisadores e estudantes interessados na temática das “drogas” – tema com raras incursões intelectuais que a tratem sem preconceito – onde a percebem como um fenômeno complexo, multidimensional e que necessita de uma abordagem multidisciplinar.

Esse tema foi abordado por profissionais das áreas de antropologia, sociologia, ciência política, história e direito no simpósio “Drogas: Controvérsias e Perspectivas”, realizado nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). As contribuições do simpósio caracterizam-se, portanto, por uma variedade de perspectivas sobre o tema proposto, algumas das quais foram reunidas neste livro. O livro é uma reunião dos estudos sobre psicoativos apresentados no simpósio, somado a outros textos que serviram para ampliar o leque temático. A diversidade dos artigos retrata o caráter interdisciplinar do encontro – que contou com 25 pesquisadores de diferentes áreas – e reproduz a riqueza das abordagens que compõem o livro.

O NEIP teve origem em 2001, pelo agrupamento de pesquisadores das ciências huma-

nas. Entre eles há um denominador comum: o questionamento da divisão entre substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Tal divisão – dominada pelo discurso das ciências médicas – trata tais substâncias e seu consumo analisando e enfatizando, unicamente, as propriedades intrínsecas às substâncias e, dessa forma, as reduz a uma única perspectiva de abordagem, em que não atribui devida importância aos fatores sociais e históricos que envolvem o uso de psicoativos e permeiam a atual legislação proibitiva. A partir disso, o Núcleo atribui o “problema das drogas” a atual política proibicionista, questionando seu caráter “natural” e busca manter uma postura de constante reflexão sobre o tema.

Em função dessas características, a leitura do livro abre a possibilidade para vários caminhos de compreensão em relação ao seu conteúdo, oferecendo uma maior liberdade interpretativa. Aproveitando o próprio título do livro, amplia as perspectivas do leitor em relação às “drogas”, e, com isso, constrói uma opinião mais crítica, capaz de refletir, problematizar e sugerir novas políticas de regulamentação acerca do uso de substâncias psicoativas no Brasil.

Drogas e Cultura está organizado em três seções. A primeira parte, “A história do consumo de drogas e sua proibição no ocidente”, contém quatro artigos que refletem sobre a emergência e a lógica constitutiva do atual regime proibicionista; a segunda parte, “O uso de drogas

como fenômeno cultural”, é composto de três artigos que destacam a interdisciplinaridade do tema das “drogas” e sugerem a combinação de perspectivas entre as diferentes ciências; e a última parte, “Uso de drogas: diversidade cultural em perspectiva”, contendo dez artigos que apresentam diferentes abordagens, antropológicas e históricas, em que são estabelecidas correspondências entre os significados atuais e os fenômenos do passado sobre o uso de psicoativos.

Na apresentação do livro, com autoria de Gilberto Gil e Juca Ferreira, é expressa a valorização das ciências humanas na reflexão sobre a temática das “drogas”, bem como a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, em que os fatores farmacológicos, psicológicos e sócio-culturais devem ser considerados. É criticada, também, a forma como o Estado brasileiro lida com esse tema, fortemente influenciado pela convenção da ONU de 1971, que mantém até os dias de hoje uma postura de “guerra às drogas”, ignorando as singularidades culturais de cada sociedade.

As substâncias psicoativas promovem alterações na percepção, no sentimento, no humor e na consciência; tais substâncias possuem um caráter de uso milenar na humanidade, não obstante, são vistas como um problema social há não muito mais de um século. “A amnésia histórica que alimenta a retórica proibicionista de converter as “drogas” em maléfico absoluto deixa de considerar que muitas delas tiveram um papel central na configuração do mundo que atualmente conhecemos” (p. 15). É necessário sair dessa visão simplista em relação às “drogas” e, sobretudo, levar em conta as motivações, as especificidades culturais, as subjetividades individuais e os sentidos que ligam o uso de substâncias psicoativas.

A análise e questionamento acerca do proibicionismo congregam os artigos de Eduardo Viana Vargas e Thiago Rodrigues na primeira

parte do livro. Vargas produz uma reflexão sobre as raízes históricas da instauração do regime proibicionista, o autor parte do último período da Idade Média, chegando às Cruzadas e à conquista do Oriente. Já Rodrigues analisa o movimento proibicionista nos EUA no final do século XIX e início do XX, percebendo que há um século havia um vazio jurídico e que, hoje, o proibicionismo se encontra em todos os continentes. “A proibição, estatuto mundial no tratamento do tema das drogas psicoativas, é um fracasso vitorioso: na impossibilidade de chegar ao fim, a guerra às drogas se renova constantemente” (p. 102). Henrique Carneiro em seu artigo “Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência” refere-se “(...) à natureza da liberdade humana em poder decidir e escolher” (p. 75) e discorre acerca da história da consciência alterada humana e da noção da individualidade, bem como a plasticidade da subjetividade humana e sua reivindicação da liberdade de si mesmo. Finalizando a primeira parte, Maria Lucia Karam analisa a lei brasileira 11.343/06, percebendo a lei como violação dos princípios de direito. Em sua crítica ao proibicionismo ela afirma que “o proibicionismo oculta ainda o fato de que, com a intervenção do sistema penal sobre as condutas de produtores e distribuidores das substâncias e matérias-primas proibidas, o Estado cria e fomenta a violência” (p. 118). De qualquer forma, o debate coloca a questão do proibicionismo em xeque e mostra-nos que as políticas de repressão do uso de “drogas” se mostram ineficazes. A questão a ser entendida e solucionada é que o “problema da drogas” não resulta de suas propriedades farmacológicas, mas sim da atual política proibicionista.

A linha de pensamento que permeia a segunda seção do livro sugere a combinação entre perspectivas das diferentes ciências para tratar de um tema tão polêmico. A discussão relativiza o poder e a produção das ciências

biomédicas e enfatiza que nenhuma ciência se coloca com neutralidade diante de tal questão, assim como problematiza a valoração exacerbada dos saberes médicos sobre drogas. O primeiro artigo da segunda parte é uma entrevista concedida pelo antropólogo Gilberto Velho a Maurício Fiore. A entrevista, além de tratar das principais referências teóricas e da reflexão política sobre a questão, revisita a obra de Velho que, na década de 1970, realizou um estudo pioneiro sobre o uso de drogas ilícitas entre a classe média no Rio de Janeiro. Fiore abre uma discussão acerca dos saberes médicos; para ele, todo saber é também poder e todo saber-poder constrói o mundo ao mesmo tempo em que o explica. O autor se detém nas noções de risco e prazer, que considera centrais nas abordagens médicas sobre o uso de substâncias psicoativas. O artigo de Stelio Marras destaca que as drogas assumem uma face negativa por ameaçar o funcionamento estável e ordenado da sociedade. Para Marras “(...) os psicoativos ilícitos provocam uma instabilidade psico-orgânica indesejável à sociedade” (p. 174). A partir disso, o autor relativiza a separação entre cultura e natureza ao concordar que drogas e sociedade não se encontram separadas, mas sim agindo juntas na produção dos efeitos sobre o homem.

A última parte do livro reúne a maioria dos artigos, onde são apresentadas diferentes abordagens da temática das drogas. A seção começa com o texto do historiador Norberto Guarinello, em que nos conta os movimentos históricos e iniciais do vinho nas populações do Mediterrâneo, seu caráter restrito às elites e seu prestígio aristocrático; suas utilidades, fins e efeitos como rituais a deuses e a confirmação dos laços sociais. Seguindo, vem o artigo das antropólogas Edilene C. de Lima e Beatriz C. Labate, em que retratam o processo de difusão urbana do kambô (secreção venenosa extraída da espécie de sapo *Phyllomedusa bicolor*) e originalmente utilizada por povos indígenas.

Outros dois artigos que convergem em suas contribuições e são relacionados às populações indígenas são os dos antropólogos Laércio Fidelis Dias e Renato Sztutman. Dias analisa os povos indígenas do Uaçá, entre eles os grupos Karipuna, Galibi Marworno, Palikur e Galibi – populações indígenas do extremo norte do estado do Amapá – e a utilização, por tais grupos, do *caxiri* (bebida alcoólica de extrema importância simbólica), o autor explora suas redes de significado para entender a estruturação das relações lá vivenciadas. Debruçando-se sobre o consumo do *caium* (bebida alcoólica fermentada de milho) entre os ameríndios de língua tupi-guarani, Sztutman, em sua rica etnografia, analisa os modos de confecção e o consumo da bebida psicoativa, bem como a relação dos efeitos da “droga” e a concepção de mundo que estrutura a vida dos povos de língua Tupi.

Os artigos de Sandra Goulart e Edward MacRae tratam sobre as religiões brasileiras que utilizam a *ayahuasca* como sacramento. Goulart descreve as características e diferenças entre os cultos do Santo Daime, Barquinha e União do Vegetal (UDV) e analisa os estigmas que sofreram e sofrem tais cultos na contemporaneidade. Já MacRae se detém no processo de regulamentação do governo brasileiro sobre a utilização da bebida psicoativa em ritos religiosos e as políticas públicas criadas para tal feito, que culminou, em 2002, na formação do Conselho Nacional Anti-Drogas (CONAD).

O historiador Alexandre Varela analisa a obra do cronista Guaman Poma, um índio ladino que viveu entre 1550 e 1620. Guaman traçou considerações em torno das práticas e representações dos usos de psicoativos (bebidas alcoólicas e folhas de coca) em diversas regiões dos Andes Centrais. Também retratando os usos da folha de coca, Anthony Henman realiza uma crítica ao modelo de separação de substâncias, como lógica utilizada pelo poder do Estado para justificar o regime proibicionista.

A partir disso, Henman propõe uma reforma na maneira como a coca é tratada atualmente na sociedade.

Fechando a coletânea, é abordado o uso contemporâneo de substâncias psicoativas nos festivais de música eletrônica. O artigo de Maria Isabel de Almeida e Fernanda Eugênio produz uma comparação entre o período comumente chamado de contracultura e a contemporaneidade. Com semelhante tema, Tiago Coutinho Cavalcante analisa as festas *rave* e os usos do corpo, bem como o “jogo de sentidos” que envolve esse contexto.

Evidentemente, ao longo de seus 17 artigos e suas 440 páginas, o livro consolida-se como uma obra de referência na compreensão das substâncias psicoativas, tanto na reflexão pública quanto para os estudos acadêmicos, fortalecendo o campo das ciências humanas na produção do conhecimento científico sobre o tema. *Drogas e Cultura* busca desmistificar a abordagem e refletir sobre a forma como o Estado brasileiro lida com o fenômeno das “drogas”, buscando outros ângulos e enfatizando a pluralidade de apropriações possíveis do tema em questão.

autor **Vinicius Schwochow Paiva**
Graduando em Antropologia / UFPel

Recebida em 01/03/2010

Aceita para publicação em 20/09/2010